

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.390.824 - SP (2013/0220851-1)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**RECORRENTE : R H DE M**  
**RECORRENTE : R S D**  
**RECORRENTE : E R**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por E. R., com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

A controvérsia tratada nos autos foi devidamente relatada no parecer ministerial acostado às e-STJ fls. 3.055/3.071, *in verbis*:

*Trata-se de Recurso Especial fundado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República, interposto por R H DE M, R S e E R, visando à reforma do v. Acórdão proferido pela Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, por unanimidade, negou provimento aos recursos de Apelação (Processo nº 0006161- 54.2001.4.03.6181/SP).*

*Segundo se extrai dos autos, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra E. R. e M. R. R., pela prática do delito previsto no artigo 171, §3º do Código Penal, e R. H. DE M., S. A. E S. F. e R.S. D., pela prática da conduta prevista no artigo 171, §3º c/c o artigo 29, ambos do Código Penal, segundo a seguinte narrativa da inicial:*

[...]

*Em 25 de maio de 2010, o MM. Juiz Federal Substituto da 8ª Vara Federal Criminal de São Paulo julgou parcialmente procedente a Ação Penal para*

*a) absolver M R R da imputação da prática do delito previsto no artigo 171, do Código Penal, com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal;*

*b) absolver S. A. E. F. da imputação criminal prevista no artigo 171, §3º, do Código Penal, com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal;*

*c) condenar E. R. à pena de 2 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, e 32 dias-multa, pela prática do crime previsto no artigo 171, §3º, do Código Penal;*

d) condenar R. H. DE M. à pena de 2 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, e 32 dias-multa, pela prática do crime previsto no artigo 171, §3º, do Código Penal;

e) condenar R. S. D. à pena de 2 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto e 32 dias-multa, pela prática do crime previsto no artigo 171, §3º do Código Penal.

Diante disso, as Defesas de R. H. D. M., R. S. D. e E. R. interpuseram Apelações Criminais.

Apreciando o feito, a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negou provimento aos recursos defensivos, conforme ementa do acórdão adiante transcrita:

[...]

Inconformados, E. R., R. H. DE M. e R. S. D. interpuseram Recurso Especial.

E. R. interpôs seu recurso com fundamento no inciso "a" do permissivo constitucional, alegando, preliminarmente, a ocorrência de prescrição, tendo em vista que decorreu prazo superior a 04 anos entre o primeiro recebimento do benefício previdenciário e o recebimento da denúncia e entre esse e a prolação da sentença condenatória.

Segundo o Recorrente, "no caso dos autos já houve sentença penal condenatória sem recurso da acusação. Diante disso, e considerando os termos do artigo 119 do Código Penal, há que ser levada em conta para o cálculo do prazo prescricional a pena com inada de 02 anos e 02 meses e 20 dias de reclusão gerando um período de 08 anos para a extinção da punibilidade ", ponderando, no ponto, que "A concessão do benefício se deu em 25.11.1998 e a denúncia foi recebida em 26.11.2003.

Além disso, a r. sentença foi proferida em 25.05.2010", bem assim que, sob o prisma da concessão do benefício, Considerando que, segundo consta dos autos, em 02.12.2012 o Recorrente completou 70 anos de idade - o que reduz o prazo prescricional pela metade, conforme 115 do Código Penal - é possível considerar o decurso do prazo de 04 anos entre os marcos acima mencionados e, portanto, a extinção da prescrição retroativa nos termos dos dispositivos acima mencionados" (e-STJ FI. 2934) No mérito, sustenta que "somente há que se falar em maus antecedentes, se o Recorrente praticou novo delito após ter sido condenado definitivamente por fato anterior e, desde que, ainda, tenha transcorrido o período do configurador da reincidência ", razão de resalta que "Embora o Recorrente tenha condenações definitivas por fatos semelhantes, não existe nenhuma sentença definitiva prolatada anteriormente aos fatos apurados (25.11.1998), o que exclui a possibilidade de majoração da pena por maus antecedentes" (e-STJ Fis. 2936/2937) Diz que o acórdão recorrido incorreu em ofensa ao princípio constitucional da inocência,

*à Súmula 444 do ST e ao artigo 59, do Código Penal, por ter utilizado, para fins de majoração da pena-base, circunstância em que não havia decisão condenatória definitiva na data dos fatos julgados.*

*Requer o conhecimento do recurso para que seja reconhecida a prescrição e declarada extinta a punibilidade do Recorrente.*

*Subsidiariamente, requer o provimento do recurso para reformar o acórdão recorrido.*

[...]

*Contrarrazões às e-STJ Fís. 2988/3009.*

*Em sede de juízo de admissibilidade, a Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal admitiu o recurso de R. H. DE M. e R. S. D. (e-STJ Fís. 3012/3014) e não admitiu o recurso de E. R. (e-STJ Fís. 3015/3023).*

Ao final, o *Parquet* Federal opinou pelo provimento do recurso para que seja aplicada a multa do art. 265 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

Consoante dispõe o art. 110, § 1º, do Código Penal, *"a prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa"* (redação dada pela Lei n. 12.234, de 2010).

No caso, tendo em vista que a pena imposta ao recorrente não excede 4 anos, a pretensão punitiva prescreve em 8 anos, conforme prevê o art. 109, inciso IV, do Código Penal, *in verbis*:

*Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (Redação dada pela Lei nº 12.234, de 2010).*

[...]

*V - em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois;*

Dessa forma, tendo em vista que, entre o dia da publicação da sentença condenatória (maio de 2010, conforme e-STJ fl. 2.741) e a presente data, transcorreu prazo superior a 8 anos, é forçoso reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal, na modalidade intercorrente.

Ante o exposto, com fulcro no art. 107, IV, do Código Penal, c/c o art. 61 do Código de Processo Penal, declaro **extinta a punibilidade** do réu, pela prescrição da pretensão punitiva, e julgo **prejudicado** o recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

